

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº 10.680/009.763/90-42

Sessão de 26 de Janeiro de 1994 - Acórdão nº 107-0.890

Recurso nº 68.267 - PIS/DEDUÇÃO - EXS.: 1986 A 1988

Recorrente: DIEFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Recorrida : DRF EM BELO HORIZONTE/MG

PIS/DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA. A decisão proferida no processo principal estende-se ao decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DIFRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, devolver à repartição de origem para adequar ao que for decidido no processo principal, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), em 26 de janeiro de 1994.

  
RAFAEL GARCIA CALDERON BARRANCO - PRESIDENTE

  
NATANAEL MARTINS

- RELATOR

  
LUCIANA DE CASTRO CORTEZ

- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTO EM 17 JUN 1994

SESSÃO DE:

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MAXIMINO SOTERO DE ABREU, JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, MARIANGELA REIS VARISCO e DÍCLER DE ASSUNÇÃO. Ausente justificadamente os Conselheiros CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES e EDUARDO OBINO CIRNE LIMA.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

2

Processo nº 10.680/009.763/90-42

Recurso nº 68.267

Acórdão nº 107-0.890

Recorrente: DIFEIRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

**R E L A T Ó R I O**

DIFEIRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, já qualificada nos autos, recorre a este Conselho de Contribuintes, pleiteando a reforma da decisão da autoridade de primeiro grau, de fls. 34/35, proferida no julgamento da impugnação ao auto de infração de fls. 02/07.

Trata-se de procedimento de lançamento decorrente de fiscalização de imposto de renda pessoa-jurídica, na qual foi apurada redução indevida da base de cálculo daquele tributo, gerando insuficiência da base de cálculo da contribuição para o PIS, calculado com base no imposto de renda, conforme estabelecido no art. 3º, letra "a" e § 1º da Lei Complementar nº 07/70 e art. 480 do RIR/80.

Na impugnação, tempestivamente apresentada, a contribuinte requereu que se estendesse a este processo as razões de defesa apresentadas no processo principal e, a decisão singular, acompanhando o que fora decidido naquele processo, considerou a ação fiscal procedente.

Cientificada desta decisão, manifestou a contribuinte seu inconformismo, através do recurso de fls. 38, invocando o princípio da decorrência em face do recurso apresentado no processo principal.

No processo principal, objeto de recurso para este Conselho, onde recebeu o nº 104.307, julgado nesta mesma Câmara, na sessão de 24.01.94, Acórdão nº 107-0.857, decidiu-se que o recurso interposto seja apreciado com o complemento de impugnação.

É o relatório.

**V O T O**

Conselheiro Natanael Martins - Relator

O recurso foi interposto dentro do prazo e, preenchendo os demais requisitos legais, deve ser conhecido.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

3

Processo nº 10.680/009.763/90-42  
Acórdão nº 107-0.890

Como visto no relatório, o presente procedimento fiscal decorre do que foi instaurado contra a recorrente, para cobrança de imposto de renda pessoa-jurídica, também objeto de recurso que, julgado, decidiu-se que seja apreciado como complemento de impugnação.

Em consequência, igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejar conclusão diversa.

A vista do exposto, e do mais que do processo consta, conheço do recurso por tempestivo e, no mérito, voto no sentido de devolvê-lo à repartição de origem para que se adeque ao que for decidido no processo principal.

Brasília/DF, 26 de janeiro de 1994.

*Natanael Martins*,  
Natanael Martins - Relator.